

**PRODUÇÃO ACADÊMICA SOBRE A QUESTÃO DA REINserÇÃO SOCIAL PELA
EDUCAÇÃO EM ESTABELECIMENTOS TOTAIS (2018 - 2022)**

**PRODUCCIÓN ACADÉMICA SOBRE EL TEMA DE LA REINserCIÓN SOCIAL A
TRAVÉS DE LA EDUCACIÓN EN ESTABELECIMIENTOS TOTALES (2018 - 2022)**

**ACADEMIC PRODUCTION ON THE ISSUE OF SOCIAL REINserTION THROUGH
EDUCATION IN TOTAL ESTABLISHMENTS (2018 - 2022)**



Ulysses Fonseca LOUZADA¹
e-mail: ulysseseducacao@gmail.com



Denise Santos da CRUZ²
e-mail: denisedacruz57@gmail.com



Adriana Moreira da ROCHA-VEIGA³
e-mail: adriana.veiga@ufsm.br

Como referenciar este artigo:

LOUZADA, U. F.; CRUZ, D. S. da; ROCHA-VEIGA, A. M. da. Produção acadêmica sobre a questão da reinserção social pela educação em estabelecimentos totais (2018 - 2022). **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 19, n. 00, e024013, 2024. e-ISSN: 1982-5587. DOI: <https://doi.org/10.21723/riaee.v19i00.18244>



| Submetido em: 10/07/2023
| Revisões requeridas em: 11/12/2023
| Aprovado em: 05/01/2024
| Publicado em: 30/01/2024

Editor: Prof. Dr. José Luís Bizelli

Editor Adjunto Executivo: Prof. Dr. José Anderson Santos Cruz

¹ Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Santa Maria – RS – Brasil. Professor Adjunto do Departamento de Direito. Doutorando em Educação no Programa de Pós-Graduação em Educação PPGE/UFSM.

² Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Santa Maria – RS – Brasil. Pós-doutoranda em Educação - Programa de Pós-Graduação em Educação PPGE/UFSM.

³ Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Santa Maria – RS – Brasil. Professora Associada do Departamento de Fundamentos da Educação; pesquisadora/orientadora no Programa de Pós-Graduação em Educação PPGE/UFSM.

RESUMO: Este artigo decorre de uma Revisão Sistemática de Literatura – RSL, com o objetivo de analisar a questão da *reinserção social pela educação em estabelecimentos totais* abordada pela produção acadêmica, representada pelas dissertações e teses, nas quais os termos de busca encontraram ressonância. A RSL baseou-se em buscas na Biblioteca Digital de Teses e dissertações (BDTD) do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICIT), por representar um repositório estável quanto à qualidade das informações. O recorte temporal abrangeu a produção acadêmica nos últimos cinco (05) anos, ou seja, de 2018 a 2022. Essa metodologia de estudo bibliográfico aprimora o olhar do pesquisador para modos diferentes de trabalhar com informações e documentos, permitindo certo distanciamento da temática e das intenções da pesquisa mais amplas, aguçando a percepção diante de estudos que apresentam similaridades e permitem reconhecer se a proposição da sua pesquisa já foi discutida e abordada por outro pesquisador.

PALAVRAS-CHAVE: Revisão. Reinserção social. Educação. Dignidade humana. Estabelecimentos totais.

RESUMEN: *Este artículo es una Revisión Sistemática de Literatura – RSL, con objetivo de analizar la cuestión de la reinserción social por educación en establecimientos totales abordada por la producción académica, disertaciones y tesis, en las que los términos de búsqueda encontraron resonancia. La RSL se basó en búsquedas en la Biblioteca Digital de Tesis y Disertaciones (BDTD) del Instituto Brasileño de Información en Ciencia y Tecnología (IBICIT), ya que representa repositorio estable cuanto a la calidad de la información. El corte temporal abarcó la producción académica en los últimos cinco (05) años, de 2018 a 2022. Esta metodología de estudio bibliográfico potencia la mirada del investigador sobre diferentes formas de trabajar la información y los documentos, permitiendo cierta distancia del tema y las intenciones de investigación más amplias, agudizando la percepción de estudios que presentan similitudes y permiten reconocer si su propuesta de investigación ya ha sido abordada por otro investigador.*

PALABRAS CLAVE: *Reseña. Reinserción social. Educación. Dignidad humana. Establecimientos totales.*

ABSTRACT: *This article stems from a Systematic Literature Review – RSL, with the aim of analyzing the issue of social reintegration through education in total establishments addressed by academic production, represented by dissertations and theses, in which the search terms found resonance. The RSL was based on searches in the Digital Library of Theses and Dissertations (BDTD) of the Brazilian Institute of Information in Science and Technology (IBICIT), as it represents a stable repository regarding the quality of information. The temporal cut covered the academic production in the last five (05) years, that is, from 2018 - 2022. This bibliographic study methodology enhances the researcher's look at different ways of working with information and documents, allowing a certain distance from the theme and the broader research intentions, sharpening the perception of studies that present similarities and allow you to recognize whether your research proposition has already been discussed and addressed by another researcher.*

KEYWORDS: *Review. Social reinsertion. Education. Human dignity. Total establishments.*

Introdução

Este artigo decorre de Revisão Sistemática de Literatura (RSL) realizada com o objetivo de analisar a *questão da reinserção social pela educação em estabelecimentos totais abordada na produção acadêmica representada pelas dissertações e teses* produzidas no recorte temporal dos últimos cinco (05) anos, ou seja, de 2018 a 2022. A RSL baseou-se em buscas na Biblioteca Digital de Teses e dissertações (BDTD)⁴ do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICIT), por representar um repositório estável quanto à qualidade das informações.

Corroborar-se com Galvão e Ricarte (2022), ao afirmarem que a RSL permite a análise criteriosa dos estudos realizados no período delimitado, conhecendo metodologias para a produção acadêmica com características específicas e que superem lacunas na literatura, trazendo real contribuição para o campo científico: “propor temas, problemas, hipóteses e metodologias inovadoras de pesquisa; otimizar recursos disponíveis em prol da sociedade, do campo científico, das instituições e dos governos que subsidiam a ciência” (Galvão; Ricarte, 2022, p. 58).

De acordo com Erving Goffman (2019), as instituições ou estabelecimentos totais funcionam em regime de internação, onde um grupo relativamente numeroso de internados vive neste ambiente fechado em tempo integral. A internação pode ser oriunda de várias situações, como conventos, seminários, mosteiros, escolares, pacientes psiquiátricos, dentre outros. As instituições ou estabelecimentos totais caracterizam-se como locais de residência e trabalho que abrigam pessoas em circunstâncias semelhantes, encontrando-se separados, ou segregados, da sociedade mais ampla por considerável período, “levando uma vida fechada e formalmente administrada” (Goffman, 2019, p. 11).

Neste artigo, trata-se de pessoas segregadas pela prática de crimes e delitos, ou seja, prisioneiros em penitenciárias, referidas como estabelecimentos totais. É interessante a compreensão da complexidade conceitual da reinserção social do segregado pela educação a partir da abordagem do contexto do estabelecimento total. A transformação do “eu” frente à segregação, considerando a subordinação aos regulamentos institucionais, e a adaptação à cultura estabelecida pelos segregados precisam ser compreendidas para que se possa dimensionar *de que modo a reinserção social pela educação pode ser viável*.

⁴ A Biblioteca Digital de Teses e dissertações (BDTD) foi acessada a partir do link: <https://bdttd.ibict.br>. Acesso em: 10 set. 2022.

No contexto do estabelecimento total, o sistema de privilégios será responsável pelo esquema de reestruturação do “eu” e o processo de mortificação do “eu” como condições institucionais às quais o segregado é obrigado a adaptar-se. As táticas de adaptação formam-se a partir dos ajustamentos primários e secundários, ou da combinação de ambos e isto ocorre em diferentes fases do cárcere moral do segregado, sendo classificadas como: *afastamento da situação* pela desatenção e abstenção; *intransigência* como não cooperação com a instituição; *colonização*, ou seja, o segregado passa a aceitar o cárcere como desejável em relação às experiências ruins do mundo externo; *conversão* como aceitação da interpretação oficial; *viração* ou combinação de várias táticas, visando evitar sofrimentos físicos e psicológicos; e imunização – o cotidiano do estabelecimento torna-se o mundo habitual e sem novidades.

Desse modo, a partir dessas estratégias, o segregado vai reorganizando minimamente o seu “eu”. O processo contínuo de mortificação e de reorganização do “eu” causa a sensação de fracasso, o sentimento “de tempo perdido” e a angústia diante da expectativa do retorno à sociedade. O interno sabe que a sua posição social intramuros é radicalmente diferente do que era e, conseqüentemente, sabe também que a sua posição social no mundo externo nunca mais será a mesma (Goffman, 2019).

Por outro lado, a pessoa, ao reconhecer-se transitório nesse ecossistema, necessita antever um horizonte de realidade mais amplo, para que possa abrir-se, sair do eixo em torno de si mesmo, e permanecer aberto ao mundo e ao desejo de estar ativo na sociedade de outro modo, existindo em uma linha contínua e ininterrupta da vontade e pensamento exteriores a si mesmo. E isto não será tão simples quanto parece, pois muitas serão as tarefas a cumprir para que retorne à vida social e familiar, em condições de reinserir-se e ali permanecer. Observa, então, Morin (2008, p. 68) que “o mundo está no interior de nossa mente, e ela no interior do mundo”.

Conforme abordam Louzada, Cruz e Rocha-Veiga (2021, 2022), a realidade atual no Estabelecimento Total – a que denominam de *Ilha*, no sentido de Presídio, coloca em xeque a possibilidade da ressocialização ou, ainda, de outra possibilidade recuperativa para os hóspedes desses locais. A ressocialização efetivamente possibilitaria o retorno do segregado ao convívio social no *Continente*, no sentido do retorno à sociedade em que vivia e que pretende voltar, de maneira que não precisasse mais retornar à ilha.

Porém, é preciso atentar ao interesse da própria Lei de Execução Penal – LEP n. 7210/1984 (Brasil, 1984). Na leitura dos artigos 1º, 10 e 11 da LEP não se verifica nenhuma referência à *ressocialização* ou *reinserção*. Não obstante, refere-se à *assistência* ao preso para

prevenir o crime e *orientar* para o retorno à convivência em sociedade. No seu artigo 22, a LEP menciona *prepará-lo para o retorno à liberdade*, o que não significa proporcionar ao segregado o estudo recuperativo. Somente voltará ao Continente se respeitar as regras; se cumprir o tempo de encarceramento; se tiver boa conduta, se respeitar os agentes e os demais colegas de infortúnio, e se a assistência social indicar que está apto ao retorno.

Os autores colocam em destaque que a lei ordinária omite qualquer menção à *ressocialização como finalidade da pena*, a não ser que o Estado deve proporcionar *assistência*, apenas, ou seja, conter o indivíduo. Portanto, a reinserção social do indivíduo requer a sua recuperação e essa tarefa não cabe somente ao Estado, sendo de extrema complexidade, inclusive porque implica no desejo interior de ser uma nova pessoa, no acolhimento familiar e na pertença à comunidade, microssistema da sociedade que a envolve, com seus estigmas, crenças irracionais e preconceitos.

Adentrando na complexidade do tema abordado nesta revisão, a *reinserção social pela educação*, precisamos clarear o que se entende nesta assertiva. A educação tradicional, atenta à transmissão de conhecimento, como mecanismo de informação a respeito de alguma coisa, não parece ser substancial o suficiente para a recuperação do indivíduo preso à Ilha. No entanto, pressupõe-se que a busca do *Eu* e a reconstrução da personalidade exige a deliberação do reeducando como reopção de vida. Ao vislumbrar-se as necessidades da massa carcerária, agregando a população do Estabelecimento Total, percebe-se o quão difícil pode ser o preparo de um Projeto de Formação Pessoal e Educação. Estamos falando o mínimo; falando de um instituto em que a própria Lei Processual Penal autoriza. Da mesma forma, a Suspensão Condicional do Processo da Lei 9099/95, Delação Premiada e outros (Louzada; Cruz; Rocha-Veiga, 2022).

A LEP prevê a educação escolar nos presídios nos artigos 17 a 21. As Diretrizes Nacionais para a Educação nas Prisões encontram-se expressas na Resolução nº. 03/2009, aprovada no Conselho Nacional de Política Pública do Ministério da Justiça (Brasil, 2009). Ainda, os artigos 205 e 208, inciso I, da Carta Jurídica, tratam do direito do apenado à educação. O direito à educação foi regulamentado, primeiramente, em 1995, em Genebra, na Instituição das Regras Mínimas para o Tratamento do Prisioneiro. No Brasil, vem amparado pela Constituição Federal de 1988 (Brasil, 1988), artigo 227, e pela LEP, sendo que apenas a Educação Básica versa obrigatória. A atualidade brasileira mostra que apenas 10% da sua população segregada envolve-se na educação, sendo que o ensino médio e superior não é obrigatório (art. 17 e 18 da LEP).

Conforme sinalizam Louzada, Cruz e Rocha-Veiga (2021, 2022), a educação nos presídios exige a reorganização do cotidiano no estabelecimento penal. A escola nas prisões deveria ser compreendida como um centro de formação e educação, espaço de encontro e ressocialização, em que a escolarização representa apenas um dos elementos para a sua constituição. Ainda que a pena não tenha a finalidade de reeducar para a reinserção social, pode trazer a possibilidade de ressocialização, condicionada a uma nova proposta sociopedagógica e a professores preparados para a realidade dos segregados e dos estabelecimentos totais.

Ainda que pareça inadequado a sanção penal incluir a transformação do *Eu* ou a conversão do mal para o bem, é possível e humanizador propiciar as condições e os meios, mesmo dependendo da vontade do indivíduo segregado e aculturado ao *modus vivendis* da sua Ilha - diferente em tudo de outras ilhas, ou esta é uma Era de muitas aproximações pelos deslocamentos e territorialidades dos grupos e facções criminosas? O apenado pode se redimir, se o quiser; aprender uma profissão e trabalhar, se cumpre pena nos regimes fechado, semiaberto ou aberto; estudar e percorrer um percurso acadêmico, se for dedicado e tiver foco; e tudo isto o leva à remição. Ou tornar-se reincidente, sendo que a média atual de reincidência e retorno à prisão é de três meses após a saída do Sistema. O Estado não terá culpa disso, muito menos a sociedade, porque a escolha é pessoal e intransferível. Por isso este prólogo foi elaborado através de um pensamento reflexivo e complexo, inspirado em Morin (2008).

A proposta deste artigo de revisão foi investigar o estado atual da seguinte questão: *de que modo a produção acadêmica em dissertações de mestrado e teses de doutorado aborda o tema da reinserção social das pessoas segregadas pela via da educação?*

Compreende-se que o *paradigma do pensamento complexo*, proposto por Edgar Morin, representa importante paradigma epistemológico ao campo da pesquisa, posto tratar-se das Área de Ciências Sociais Aplicadas (Direito) e de Ciências Humanas (Educação), em que homem e ambiente social são categorias fundantes. “O pensamento complexo é o pensamento que, equipado com princípios de ordem, leis, certezas e ideias claras, patrulha o nevoeiro, o incerto, o confuso, o indivisível, o indecível” (Morin, 2008, p. 231). O pensamento complexo percebe o mundo como um ecossistema, no qual reconhece o sujeito como ser pensante. O autor supracitado defende que a epistemologia é o lugar da incerteza e da dialógica e que há uma revitalização dos pressupostos teóricos, em que todo o progresso no conhecimento “opera-se necessariamente pela quebra e ruptura dos sistemas fechados, que não trazem em si mesmos uma atitude de superação” (Morin, 2008).

Santos (2020), no seu trabalho *Experiências escolares no sistema prisional: um estudo sobre a produção acadêmica brasileira*, de caráter qualitativo, fez um levantamento da produção bibliográfica de teses e dissertações sobre as experiências escolares em prisões no Brasil. Elucida que as buscas no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES encontraram 33 produções, das quais foram selecionados oito trabalhos – seis dissertações de mestrado e duas teses de doutorado –, as quais descrevem os olhares dos estudantes e as experiências constituídas na escola dentro do espaço prisional. Os achados se concentram na Região Nordeste, seguida pela Sudeste, sendo as produções predominantemente nas universidades públicas.

A autora argumenta que a produção sobre a educação em prisões, no Brasil, é recente, mas desde o ano de 2002 vem crescendo significativamente, com diferentes olhares dos pesquisadores que se debruçam sobre o tema. Esse crescimento está relacionado ao cenário de debate internacional sobre o encarceramento em massa, sobre as modificações na forma de execução penal, e com importantes mudanças na legislação sobre a educação em contexto de privação de liberdade.

O debate repercute na produção científica, bem como na formulação de políticas públicas para a elevação da escolaridade na população do Sistema Prisional Brasileiro. Atualmente o DGP - Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq tem catalogados quarenta e nove (49) grupos de pesquisa, sendo dois (2) na área de ciências sociais aplicadas, um (1) na área de saúde; quarenta e cinco (45) na área de ciências humanas e, mais recentemente, um (1) nas áreas de Educação e Direito. As áreas declaradas pelos referidos grupos de pesquisa são:

Tabela 1 – Grupos de pesquisa registrados no CNPq e temáticas

TEMÁTICA	GRUPOS
Educação em sistemas prisionais	1
Educação em prisões	10
Educação em privação da liberdade	17
Educação prisional	20
Educação e Direitos Humanos em Contextos Sociopedagógicos	1
	49

Fonte: Elaboração dos autores

O avanço na produção acadêmica e científica, nos estudos e debates, pode ser prospectado como movimento crescente em prol da educação nas prisões e da reinserção social dos segregados.

Metodologia

A Revisão Sistemática de Literatura (RSL) vem sendo utilizada para investigar produções científicas realizadas em diferentes contextos e período, inclusive como aporte metodológico para a produção de pesquisas do tipo “Estado da Arte” e “Estado do Conhecimento”, ou, mais recentemente, apresentando-se como produção científica em periódicos de qualidade certificada. Portanto, a prática da RSL, de acordo com Morosini e Fernandes (2014), pode ser compreendida como identificação, documento, registro e categorização, permitindo trilhar caminhos reflexivos e de síntese, sobre a produção científica de uma determinada área do conhecimento, temporalidade/período e espaço/local, reunindo as publicações mais relevantes de uma temática específica. Tem como perspectiva identificar possíveis contribuições teórico-conceituais, para incorporar à revisão e enriquecer o diálogo do pesquisador com o tema, qualificando o *corpus da pesquisa*.

A RSL é, portanto, uma forma de pesquisa que utiliza como fonte de dados a literatura corrente para reunir estudos semelhantes a fim de identificar, selecionar e avaliar criticamente um tema a partir da literatura sobre ele disponível. Para tal, não requer um procedimento único, mas implica em busca minuciosa, chegando aos achados significativos para a análise descritiva a partir da questão principal do estudo levantada.

A *busca booleana* ocorre por meio de *descritores ou strings*, com operadores ou modificadores, como *and*, *not* e *or*, apresentando resultados mais relevantes e específicos. Ao ser aplicada corretamente, este tipo de busca produz uma variedade de operações de pesquisa e, conseqüentemente, de achados, dentro dos filtros e critérios estabelecidos diretamente a partir da temática da pesquisa. Serão descritos e analisados trabalhos relevantes e abrangentes nas áreas da Educação e do Direito, bem como os demais procedimentos utilizados para direcionar a busca, a seleção, os critérios de inclusão/exclusão e a síntese.

A RSL contribui na busca da qualidade na construção de um aporte teórico-conceitual e, para que os resultados sejam mais abrangentes, completos e considerem contextos de pesquisa diferenciados, o percurso de análise e seleção dos estudos deve considerar diferentes e renomadas bases de dados, com ampla divulgação das pesquisas nacionais e internacionais que contribuem nos campos de estudo. Convém ainda esclarecer que a busca por dissertações e teses brasileiras, na Área Educação e da Área Direito, em diálogo com a Educação, não despreza a importância das buscas em periódicos regionais, nacionais e internacionais, porém trata-se de busca para a compreensão do estado da questão de pesquisa.

Entre 2018 e 2021 foram encontrados e selecionados sete (07) achados da RSL. Especificamente, dois são da Área Educação e um (01) da Área do Direito. Em 2022 não foi encontrada nenhuma produção acadêmica para os *strings* relacionados à reinserção social pela educação. Os demais são de áreas correlacionadas à questão abordada. A metodologia pautada em RSL, de acordo com Sampaio e Mancini (2007, p. 83), é um percurso que requer etapas claras. Frente a isto, a Tabela 2, a seguir, apresenta as etapas realizadas nesta revisão.

Tabela 2 – Etapas preparatórias da RSL

ETAPAS RECOMENDADAS	ETAPAS REALIZADAS
Construção da pergunta clara.	Quais abordagens estão presentes na literatura acadêmica (dissertações e teses) sobre o tema da reinserção pela Educação de pessoas em privação da liberdade?
Definição de <i>strings</i> de busca.	- Ressocialização OR reinserção OR reintegração AND educação prisional. - Formação de professores OR formação docente AND reeducação AND sistema prisional AND prisões.
Critérios de inclusão.	- Dissertações e Teses produzidas na Área Educação e na Área Direito. - Produzidas no período de 2018 a dezembro de 2022, no cenário nacional. - Termos encontrados no título ou resumo.
Critérios de exclusão.	- Trabalhos produzidos ou publicados antes de 2018. - Termos não encontrados no título ou resumo do artigo. - Resumos incompletos.
Análise criteriosa na busca de qualidade dos achados.	Etapa 1: Análise dos títulos com exclusão dos que se apresentarem fora dos critérios de inclusão; Etapa 2: Análise dos resumos dos artigos selecionados na etapa 1, com exclusão dos que não se enquadrarem nos critérios de inclusão; Etapa 3: Análise na íntegra de todos os achados restantes após as etapas 1 e 2, com a seleção dos que se enquadrarem nos critérios de inclusão.
Escolha das Bases de Dados.	A busca de Teses e dissertações ocorreu primeiramente na Biblioteca Digital (BDTD) do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICIT), sendo o <i>recorte temporal abrangendo cinco (05) anos, de 2018 a 2022</i> . Este repositório ⁵ foi escolhido por abranger os escritos acadêmicos mais recentes, estando à frente do Banco de Dissertações e Teses da CAPES, o que foi verificado antes de procedermos à escolha.

Fonte: Elaboração dos autores

⁵ Disponível em: <https://bdt.d.ibict.br/vufind/Search/Advanced>. Acesso em: 22 nov. 2022.

A análise das produções acadêmicas selecionadas foi realizada inicialmente buscando organizá-las por autoria, tipo de produção e curso, instituição, ano e título, como demonstrado a seguir, na Tabela 3.

Tabela 3 – Estrato da produção acadêmica entre 2018 e 2022

Autor/a	Tipo de produção e Curso	Instituição	Ano	Título
BARBOSA, Fernanda Graziella Bispo.	Dissertação de Mestrado em Direito	Universidade Nove de Julho	2021	O ensino por meio da educação a distância no sistema carcerário baiano como mecanismo de ressocialização.
MARQUES, Marineila Aparecida.	Dissertação de Mestrado em Estado, Sociedade e Educação	Universidade de São Paulo	2021	Projeto político pedagógico das prisões - <i>PPP PRISÕES</i> .
ARAÚJO, Josenice Ferreira dos Santos.	Tese de Doutorado em Política Social	Universidade de Brasília	2020	Política de educação e educação na prisão: a realidade do estado do Tocantins.
BONATTO, Bruna Mayara.	Tese de Doutorado em Educação	Universidade Estadual de Ponta Grossa	2019	Avaliação do Plano Estadual de Educação para o Sistema Prisional do Paraná: a educação escolar no contexto das penitenciárias femininas de regime fechado.
BETTIM, Niúra Silva.	Tese de Doutorado em Educação	Pontifícia Universidade Católica de Goiás	2018	Educação para a cidadania: possibilidades de reintegração da pessoa encarcerada.
SILVEIRA, Ana Lúcia Nobre da.	Mestrado em Sociobiodiversidade e Tecnologias Sustentáveis (MASTS)	Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro Brasileira - UNILAB	2018	Educação e sustentabilidade: um estudo sobre as práticas laborais sustentáveis com pessoas privadas de liberdade no Maciço de Baturité/Ce.
DANTAS, Doneves Fernandes.	Dissertação de Mestrado Profissional em Letras - PROFLETRAS	Centro de Formação de Professores, Universidade Federal de Campina Grande	2018	Leitura crítica: um caminho para a ressocialização.

Fonte: Elaboração dos autores

Este estrato possibilita uma visão geral dos trabalhos com dados que permitem algumas decisões no processo de revisão sistemática. Em seguida, na Tabela 4, será apresentado outro estrato, dos temas abordados, inferidos a partir dos títulos das produções acadêmicas selecionadas.

Tabela 4 – Estrato de temas abordados na produção acadêmica entre 2018 e 2022

Tema	Autor	Ano
Possibilidades de reintegração da pessoa encarcerada.	BETTIM, Niúra S.	2018
Educação escolar no contexto das penitenciárias femininas de regime fechado	BONATTO, Bruna M.	2019
Educação e práticas laborais sustentáveis com pessoas privadas de liberdade	SILVEIRA, Ana L. N. da.	2018
Leitura crítica como caminho para a ressocialização.	DANTAS, Doneves F.	2018
EaD como mecanismo de ressocialização.	BARBOSA, Fernanda G. B.	2021
Projeto político-pedagógico das prisões	MARQUES, Marineila A.	2021
Política de educação e educação na prisão	ARAÚJO, Josenice F. dos S.	2020

Fonte: Elaboração dos autores

A partir deste estrato, as produções acadêmicas selecionadas foram reorganizadas e agrupadas em duas dimensões de análise. A primeira dimensão, *caminhos à reinserção social*, baseia-se nos trabalhos de Bettim (2018), Silveira (2018), Dantas (2018) e Barbosa (2021). A segunda dimensão relaciona as *Políticas educacionais e projeto político-pedagógico de educação nas prisões*, considerando os trabalhos de Bonatto (2019), Marques (2021) e Araújo (2020).

Caminhos à reinserção social

Bettim (2018), na sua Tese *Educação para a cidadania: possibilidades de reintegração da pessoa encarcerada*, apresentou um estudo sobre a reconquista da cidadania pela pessoa encarcerada ao cursar o ensino superior e (re)ingressar ao mercado de trabalho, partindo da questão “Quais as possibilidades de reintegração social da pessoa encarcerada que obteve a formação em cursos de nível superior?”. O horizonte do estudo foi a desigualdade humana, relativa à estigmatização dos indivíduos encarcerados para identificar possibilidades de reconquista da cidadania, por meio da formação superior e do (re)ingresso no mercado de trabalho. Considerou as possibilidades de envolvimento da sociedade civil e o Estado, por meio de convênio entre entidades públicas e privadas às pessoas encarceradas e aos egressos do sistema prisional para cursar ensino superior, com destaque a uma faculdade privada de Goiás que oferece bolsas anuais e integrais aos reeducandos do sistema prisional, do regime semiaberto, aberto e aos egressos, para cursarem o ensino superior.

O estudo permitiu compreender se a educação propiciada pelo ensino superior aos indivíduos encarcerados e egressos do sistema prisional oferece possibilidades de sua

reintegração ao trabalho e à vida. Constatou que, apesar de o direito à educação ser um direito inalienável, ele praticamente não abrange os detentos e egressos do sistema prisional.

A participação da sociedade civil é imprescindível na consecução das ações e programas. Das categorias analisadas resultam as seguintes conclusões: a) a educação superior oferecida, objeto do convênio, não atende às demandas dos aprendentes em decorrência de obstáculos criados para obter a bolsa de estudos; b) o direito à educação como inalienável é fator de reconstituição da dignidade, assim como a reintegração da pessoa encarcerada por meio do trabalho; c) a oportunidade oferecida pelo convênio possui pouca efetividade, não apenas pelos estigmas da baixa-estima carregados pelos ex-detentos, mas também pelas dificuldades, criadas pelos órgãos dirigentes, no retorno desses à sociedade.

Em *Dignidade humana como princípio reitor à educação do (re) educando: da ilha ao continente* (Louzada; Cruz; Rocha-Veiga, 2022), defende-se a dignidade humana como princípio reitor à educação do (re)educando, identificando a possibilidade de ressocialização nos estabelecimentos totais. Questiona-se se haveria outra possibilidade recuperativa para os habitantes da *Ilha*, lado de lá, o qual difere totalmente do *Continente*, ou lado de cá, no qual reside o elo com a vida anterior, o meio social vivido e ao qual pretensamente o liberto almejaria retornar. A Tese referida, analisada neste contexto de RSL, esboça algumas ideias que estimulam a investigação, explorando possibilidades sociopedagógicas para a questão balizadora da reinserção pelas vias da Educação e do Direito.

Silveira (2018) apresenta a Dissertação, *Educação e sustentabilidade: um estudo sobre as práticas laborais sustentáveis com pessoas privadas de liberdade no Maciço de Baturité/CE*, destacando-se as contribuições da educação, aliadas às práticas sustentáveis para as pessoas privadas de liberdade, no Maciço de Baturité-CE. Trata-se de estudo qualitativo, de casos múltiplos, com a observação direta e entrevistas com os reeducandos, docentes e agentes penitenciários das Cadeias Públicas das cidades de Capistrano, Pacoti e Ocara, localizadas no Maciço de Baturité/CE.

Os resultados do estudo apontam para uma abordagem de educação ambiental nos processos de ensino e aprendizagem, através das práticas pedagógicas na educação de jovens e adultos. As ações laborais sustentáveis ocorrem nas unidades prisionais, promovendo a superação da ociosidade e influenciando o processo de ressocialização dos segregados. As práticas sustentáveis e laborais nos cárceres envolvem interações dinâmicas e ações de incentivo, através da oferta educacional, desde o acesso e início dos estudos, pela participação das avaliações externas, assim como o êxito no ingresso universitário. Esse percurso vem

repercutindo positivamente na reintegração social, além da promoção, por meio de temas transversais da educação ambiental e da condução da reutilização de materiais recicláveis, do cultivo de hortas socioeducativas, conduzindo ao plantio e ao consumo de hortaliças na dieta alimentar, proporcionando diversos benefícios, principalmente a resiliência diante das condições ambiental e local, corroborando para novos hábitos da comunidade carcerária.

O artigo de Louzada, Cruz e Rocha-Veiga (2021), tratando especificamente da ressocialização na instituição total pela educação, questiona se essa seria uma realidade ou utopia. Apresenta-se e discute-se resultados de estudo qualitativo a respeito da ressocialização como forma de recuperação dos segregados em sistemas prisionais, apontando para a necessidade de experiências positivas, para alçar novos caminhos ressocializadores, como mostrou o estudo de Silveira (2018). O Sistema Penitenciário Brasileiro necessita dessas experiências para a tomada de decisões acerca da ocupação do tempo pelo segregado, para que receba boas práticas de formação humana, de escolarização e profissionalização. A experiência do estudo em análise ressalta os diversos benefícios, destacando os processos de resiliência estimulados pelas condições ambientais e locais, promovendo novos hábitos à comunidade carcerária. É preciso que este e outros estudos desta natureza sejam publicizados e multiplicados em outros contextos férteis à transformação.

Dantas (2018), na sua Dissertação, *Leitura crítica: um caminho para a ressocialização*, situa a discussão, analisando o sistema penal brasileiro na atualidade. A legislação penal, através da LEP N. 7210/1984, estabelece o trabalho e a educação como alternativas de redução da pena (Brasil, 1984). No entanto, não adentra à complexidade da ressocialização e combate à reincidência, mesmo porque são temas que se estabelecem frente à realidade atual. Nessa perspectiva, esta dissertação descreve com as aulas de linguagem vêm sendo desenvolvidas na Paraíba, especificamente na Cadeia Pública de São João do Rio do Peixe. Busca suas possíveis contribuições para a construção de competências relativas à leitura crítica e direcionadas à reinserção social dos segregados, pretendendo responder à questão: *dentro de um cenário educacional intramuros se e como as aulas de linguagem ministradas nas instituições carcerárias poderiam promover uma leitura capaz de ajudar na ressocialização dos apenados?*

O currículo de Língua Portuguesa abrange a leitura crítica e pode auxiliar, apresentando características e especificidades próprias, e trazendo à luz os efeitos da leitura crítica em prol da reinserção social. A escola prisional através da mediação pedagógica do ensino de Língua Portuguesa pode constituir-se num espaço por excelência de aprendizagem, valorização e consolidação de uma leitura crítica, capaz de desenvolver a consciência diferenciada, de si, do

outro e do mundo. Aliada aos conceitos centrais da pedagogia freiriana e das áreas de leitura e letramento crítico, permite a ação-reflexão na e sobre as práticas pedagógicas e o incentivo à leitura. Os resultados apontam para: a deficiência na formação leitora crítica dos sujeitos envolvidos; as consequências das práticas pedagógicas tradicionais; o ensino de leitura como mera decodificação de letras e frases, sem instigar o educando à leitura crítica.

Barbosa (2021), na Dissertação, *O ensino por meio da educação a distância no sistema carcerário baiano como mecanismo de ressocialização*, analisa o sistema educacional nos presídios da Bahia e versa, também, sobre a utilização de tecnologias disponíveis na sociedade para promoção do processo de ressocialização dos internos no sistema prisional, por meio do ensino a distância, demonstrando suas vertentes positivas e negativas. São abordados o direito e a importância da educação no processo de ressocialização dos presos e egressos do sistema prisional baiano, bem como a viabilidade do sistema de ensino a distância nesse processo.

O sistema penal vem se adaptando às novas formas de pensar a pena privativa de liberdade, antecipando a mudança de paradigmas e como defesa dos direitos humanos inerentes ao indivíduo. As falhas de estruturação do sistema prisional ainda são recorrentes, pelas diversas situações que afetam a dignidade do preso e violam os seus direitos. Dito isso, a ressocialização é um direito constitucional garantido a todo cidadão, assim como a educação, a qual tem também previsão expressa na LEP n. 7210/1984 (Brasil, 1984).

É direito dos encarcerados o acesso à educação no sistema prisional, sendo esse assegurado nas legislações nacionais e internacionais. Considerando a precariedade estrutural do sistema penitenciário brasileiro, a EaD, as tecnologias educacionais e metodologias ativas e o ensino híbrido podem ser eficazes à viabilização da educação nos presídios, sem sobrecarga estrutural e pessoal. A oferta de uma formação educacional continuada aos segregados contribui diretamente para a sua formação educacional, profissional e, conseqüentemente, reinserção social, observando o princípio da dignidade da pessoa humana e o direito ao acesso à educação.

Políticas educacionais e projeto político-pedagógico de educação nas prisões

Esta segunda dimensão analisada inicia com a Tese de Bonatto (2019), *Avaliação do Plano Estadual de Educação para o Sistema Prisional do Paraná: a educação escolar no contexto das penitenciárias femininas de regime fechado*. Trata especificamente da implementação de um *Plano Estadual de Educação*, junto à população penitenciária feminina, que cumpre pena em regime fechado e passa por processo de avaliação centrado nos

participantes e na análise dos seus resultados, orientada para uma agenda social. A pesquisa foi de natureza qualitativa, dialógica e crítica, na qual os diferentes sujeitos que atuam na política foram coparticipantes do processo avaliativo. O enfoque consistiu na análise do Plano Estadual de Educação no Sistema Prisional do Paraná - PEESPP (2012, 2015) e sua implementação, para compreender como esta Política Estadual de Educação na Prisão se aplica. Foram investigadas duas penitenciárias femininas, por meio de análise documental; pesquisa bibliográfica, questionários, entrevistas e diário de campo.

Os resultados da pesquisa indicam que por meio da avaliação do PEESPP (Paraná, 2012, 2015) foi possível compreender as interações institucionais na atuação do Plano, no contexto das unidades penais femininas de regime fechado, desvelando a compreensão: da educação em âmbito prisional como um direito; da importância dada à educação pelas internas; da falta de oferta de formação inicial e continuada aos servidores das unidades; da dificuldade de conciliar uma rotina de segurança com uma rotina escolar; da infraestrutura precária, dificultando as ações de educação e a institucionalização da dignidade, como princípio fundamental; das especificidades da população penitenciária feminina paranaense; da ausência de enunciados, a respeito da desigualdade de gênero, implicados no aprisionamento feminino e na oferta de educação a esta população; da necessidade da realização de processos de avaliação do Plano no contexto da prática, capaz de apreender a especificidade institucional e de criar um espaço democrático de fala àqueles que por meio de seu trabalho atuam na política.

As informações decorrentes dessa Tese poderão inspirar a elaboração de tópicos-guia em outras investigações, que considerem a avaliação de planos e programas implantados em estabelecimentos prisionais. Para que se vislumbrem efetivas mudanças em decorrência dessas políticas, é prudente rever o plano a partir da realidade analisada e monitorar para a superação dos obstáculos encontrados. Essa aplicabilidade e caráter de intervenção é importante, para que de fato seja viabilizado o caminho à reinserção social das segregadas do sistema penitenciário, não somente o paranaense, mas em nível regional e nacional.

Já a Dissertação de Mestrado de Marques (2021), *Projeto Político-Pedagógico das Prisões PPP PRISÕES*, por sua vez, estuda a educação para pessoas privadas de liberdade, caracterizada como processo educativo, onde o território prisional e o aluno reformulam e constroem novas formas de agir e de interagir, de pensar e de se reconhecer como sujeito da sua própria história. Apresenta um processo de estruturação da organização das prisões, pautado por um Projeto Político-Pedagógico das prisões (*PPP PRISÕES*), que exige rupturas, mudanças de paradigmas e a sistematização de ações pontuais, combinadas aos programas consistentes e

duradouros, alicerçados, sobretudo, na humanização e na valorização do ser humano, sob todos os aspectos, levando em consideração os contextos sociais de cada cidadão, os princípios democráticos de solidariedade e a dignidade do ser humano.

Essa pesquisa contribuiu para avanços no que tange à discussão, ao modelo e à implementação das garantias de políticas de reintegração, a partir da ampliação do conceito educacional. O *PPP PRISÕES* apresenta mudança de paradigmas e de organização do território prisional, ao propor que o fio condutor no caminho de transformação da cultura prisional seja a educação. Construí-lo requereu o entendimento de que a assistência aos segregados no interior das prisões, colocando como pilar a educação, deve encaminhar respostas às questões: como fazer para que todos os profissionais que trabalham na prisão assumam as tarefas de Educação e de reinserção do preso para o convívio social? Como fazer para que todas as ações e atividades desenvolvidas na prisão durante o cumprimento da sentença se constituam em verdadeiras ações pedagógicas, com vistas ao cumprimento da pena com dignidade, e que culmine na reintegração social e cidadã?

Araújo (2020), na Tese, *Política de educação e educação na prisão: a realidade do Estado do Tocantins*, analisa a trajetória da política educacional no sistema prisional tocantinense e tece reflexões sobre a Política de Educação no Sistema Prisional no estado do Tocantins. Considerando que a Educação é um direito inalienável da pessoa humana, que no decorrer dos anos sofreu complexas transformações, tanto na forma (religiosa, público, privado), quanto em sua organização (conteúdos, métodos, didáticas de ensino, modalidades) e legislações (diretrizes curriculares), o enfoque teórico-metodológico deste estudo tomou como referência a pesquisa qualitativa, porém, utilizando alguns dados quantitativos estabelecidos por indicadores sociais do perfil de encarceramento para os sujeitos da pesquisa (homens e mulheres encarcerados), dados do painel interativo do DEPEN/INFOPEN e a pesquisa bibliográfica, de autores e pesquisadores de tradição marxista, a fim de desvelar as categorias que referendassem o objeto em questão.

O percurso sócio-histórico da Política de Educação Prisional e sua relação com o Sistema Prisional Brasileiro permite compreender o percurso educacional desde os interesses mercadológicos e que sinalizam de forma tímida a escolarização da pessoa encarcerada no Brasil. Os resultados da investigação mostram os avanços e retrocessos da educação em prisões no estado do Tocantins, suas relações com projetos sociais de laborterapia, sua estrutura física e apontamentos para a busca da educação emancipadora. Na sociedade capitalista, a educação

pode ter a função de mediadora para uma nova sociabilidade que vislumbre a educação para além do capital.

O artigo de Louzada, Cruz e Rocha-Veiga (2021) rebate a realidade do atual sistema pseudorressocializador, problematizando-a quanto ao cumprimento da sua função pragmática e a necessidade de revertê-la para a possibilidade de novos caminhos até a reinserção pela educação, porém repensando os fins da educação e o teor da pedagogia que a coloca em ação. O fulcro das políticas públicas e da educação sociopedagógica poderá, quiçá, vir a produzir propostas e práticas efetivamente comprometidas com a emancipação humana.

Considerações finais

Não obstante, ao final e ao cabo desta revisão de literatura, conclui-se que a questão da reinserção social pela educação em estabelecimentos totais ainda é abordada timidamente na produção acadêmica brasileira, representada pelas dissertações e teses. Contudo, ao serem analisadas as produções representativas do período entre 2018 e 2022, os descritores encontraram alguma ressonância. Ainda na esperança de serem encontradas outras produções acadêmicas, principalmente de 2022, foi pesquisada a Base de Teses e Dissertações da CAPES, com o *string* de busca *reinserção social pela educação*, sem lograr êxito.

Com o distanciamento que existe entre a prisão e a sociedade, o processo de (re)construção do eu torna-se difícil ao segregado, uma vez que implica a transformação da sua identidade e autoimagem. Com o passar do tempo em reclusão, o eu distancia-se do papel social anterior e aproxima-se do papel de presidiário, ao qual logo será ajustado pela aculturação ao grupo penitente.

A sociedade, a comunidade e a própria família nem sempre garantem ao recluso oportunidades de rever a sua conduta e voltar ao Continente em condições adequadas de reinserção, após o período da reclusão penal. Isto também porque ele não vivenciou ali um processo de formação pessoal e educação, preservando os seus direitos e colocando como meta a dignidade humana.

O mapeamento dessas experiências apontou fatores de (im)possibilidade de a educação formal – tal como se apresenta na atualidade –, vir a contribuir à reinserção social dos segregados, exigindo novas perspectivas sociopedagógicas (Louzada, 2002, 2021; Louzada; Cruz; Veiga, 2021, 2022). O que foi realizado nos casos estudados são experiências pulverizadas, sem constituir um campo de estudo com referências consolidadas.

A partir de referências teóricas e metodológicas inter/transdisciplinares compreende-se possível reequilibrar os níveis estruturais da pessoa (biológico, cognitivo, emocional, social e comportamental), mesmo nos contextos de vulnerabilidade em que se encontra. No entanto, seria necessária uma nova prospecção da Educação nas Prisões e de Reinserção Social pela Educação. De qualquer modo, esta RSL demonstrou que a questão proposta é potente, *de que modo a produção acadêmica em dissertações de mestrado e teses de doutorado aborda o tema da reinserção social das pessoas segregadas pela via da educação?*

Permanece a expectativa de que *a reinserção social das pessoas segregadas pela via da educação* se efetive como caminho possível, ao rememorar-se a própria garantia de direitos, a partir da Constituição de 1988 (Brasil, 1988). Efetivamente, as propostas educacionais que considerem a formação humana são caminhos sociopedagógicos potentes. É preciso, enfim, que se forme a pessoa e ela buscará o seu caminho, desde que tenha consigo valores positivos e as competências exigidas pelo mundo do trabalho, cada vez mais competitivo.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, J. F. dos S. **Política de educação e educação na prisão: a realidade do Tocantins**. 2020. 239 f. Tese (Doutorado em Política Social) – Universidade de Brasília, Brasília, 2020. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/40889>. Acesso em: 20 dez. 2022.
- BARBOSA, F. G. B. **O ensino por meio da educação a distância no sistema carcerário baiano como mecanismo de ressocialização**. 2021. 132 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade Nove de Julho, São Paulo, 2021.
- BETTIM, N. S. **Educação para a cidadania: possibilidades de reintegração da pessoa encarcerada**. 2018. 174 f. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2018. Disponível em: <http://tede2.pucgoias.edu.br:8080/handle/tede/3969>. Acesso em: 20 dez. 2022.
- BONATTO, B. M. **Avaliação do Plano Estadual de Educação para o Sistema Prisional do Paraná: a educação escolar no contexto das penitenciárias femininas de regime fechado**. 2019. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, PR, 2019.
- BRASIL. **Lei n. 7.210, de 11 de julho de 1984**. Institui a Lei de Execução Penal. Brasília, DF: Casa Civil, 1984. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/17210.htm. Acesso em: 12 dez. 2023.
- BRASIL. **Constituição Federal do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.
- BRASIL. **Resolução n. 3, de 11 de março de 2009**. Dispõe sobre as Diretrizes Nacionais para a Oferta de Educação nos estabelecimentos penais. Brasília, DF: Senado, 2009.

Disponível em: <https://www.gov.br/senappen/pt-br/pt-br/composicao/cnpcp/resolucoes/2009/resolucao-no-3-de-11-de-marco-de-2009.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2023.

DANTAS, D. F. **Leitura crítica: um caminho para a ressocialização**. 2018. 229 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Letras) – Universidade Federal de Campina Grande, Cajazeiras, PB, Brasil, 2018.

GALVÃO, M. C. B.; RICARTE, I. L. M. Revisão Sistemática da Literatura: conceituação, produção e publicação. **Filosofia da Informação**, [S. l.], ano: v. 6, n. 1, p. 57-73, 2019. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/item/002987801>. Acesso em: 16 nov. 2022.

GOFFMAN, E. **Manicômios, prisões e conventos**. 7. ed. Tradução de Dante Moreira Leite. São Paulo: Ed. Perspectiva, 2007.

LOUZADA, U. F. **Ressocialização: realidade ou ficção?** 2002. 148 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, 2002.

LOUZADA, U. F.; CRUZ, D. S. da; ROCHA-VEIGA, A. M. da R. Ressocialização na Instituição Total pela Educação. Realidade ou Utopia? **Research, Society and Development**, [S. l.], v. 1, p. 1-17, 2021.

LOUZADA, U. F.; CRUZ, D. S. da; ROCHA-VEIGA, A. M. da R. Dignidade Humana como princípio reitor à educação do (re)educando: Da ilha ao Continente. In: MACHADO, G. E.; FACCIN, R. D.; COSTA, S. C. da. (org.). **Debates contemporâneos: Temas Interdisciplinares**. 1. ed. Santa Maria, RS: Arco Editores, 2022. v. 1, p. 340-369.

MARQUES, M. A. **Projeto político pedagógico das prisões - PPP PRISÕES**. 2021. 154 f. Dissertação (Mestrado em Estado, Sociedade e Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021.

MORIN, E. **Introdução ao Pensamento Complexo**. 5. ed. Lisboa: Instituto Piaget, 2008.

MOROSINI, M. C.; FERNANDES, C. M. B. Estado do Conhecimento: conceitos, finalidades e interlocuções. **Educação Por Escrito**, Porto Alegre, v. 5, n. 2, p. 154-164, jul./dez. 2014.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania do Paraná. **Plano Estadual de Educação no Sistema Prisional do Paraná**. Curitiba: DEPEN, 2012. Disponível em: <http://www.depen.pr.gov.br/arquivos/File/planoedu.pdf>. Acesso em: 25 jan. 2024.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania do PARANÁ. **Plano Estadual de Educação no Sistema Prisional do Paraná**. Curitiba: DEPEN, 2015. Disponível em: <http://www.depen.pr.gov.br/arquivos/File/EducacaoeTrabalho/Documentos/peespquinze.pdf>. Acesso em: 25 jan. 2024.

SAMPAIO, A. R.; MANCINI, M. Estudos de revisão sistemática: um guia para síntese criteriosa da evidência científica. **Braz. J. Phys. Ther.**, [S. l.], v. 11, n. 1, p. 83- 89, 2007.

SANTOS, I. A. dos. **Experiências escolares no sistema prisional** : um estudo sobre a produção acadêmica brasileira. 2020. Trabalho de Conclusão de Curso (Curso de Licenciatura em Pedagogia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2020. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/229708>. Acesso em: 21 dez. 2022.

SILVEIRA, A. L. N. da. **Educação e sustentabilidade**: um estudo sobre as práticas laborais sustentáveis com pessoas privadas de liberdade no Maciço de Baturité/Ce. 2018. 118 f. Dissertação (Mestrado em Sociobiodiversidade e Tecnologias Sustentáveis) – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Redenção, CE, 2018.

CRedit Author Statement

Reconhecimentos: Não aplicável.

Financiamento: Não teve financiamento.

Conflitos de interesse: Não há conflitos de interesse.

Aprovação ética: O trabalho respeitou a ética durante a pesquisa, porém não passou por comitê de ética.

Disponibilidade de dados e material: As produções selecionadas estão disponíveis para acesso em: <https://bdtd.ibict.br/vufind/Search/Advanced>.

Contribuições dos autores: Louzada, U. F. – análise e discussão da produção acadêmica selecionada; Rocha-Veiga, A. M. da. – Orientadora acadêmica, revisão final; Cruz, D. S. da. – revisão e formatação.

Processamento e editoração: Editora Ibero-Americana de Educação.
Revisão, formatação, normalização e tradução.

